A falsa dicotomia e o papel do Estado

Nelson Marconi
Coordenador executivo do Fórum de Economia da FGV e professor da FGV EAESP

Não faço ideia de como estará a pandemia do coronavírus quando este texto estiver publicado, mas torço para que tenha melhorado. Vou trazer para a discussão, entretanto, um ponto que tem aparecido no debate porque por trás dele há outras questões relevantes. Diz respeito à escolha entre o isolamento social e a brutal queda do nível de atividade que o acompanhará *versus* o relaxamento no isolamento e a pretensa melhoria nos indicadores do nível de atividade. Entendo, primeiro, que não há escolha a ser feita – o chamado isolamento vertical só poderia ser aplicado após a redução no avanço da pandemia, com a massiva aplicação de testes e possibilidade de acompanhamento do grupo de risco, como ocorreu na Coreia, e isso se tivéssemos uma sofisticada estrutura tecnológica e de comunicação. Se considerarmos então o número de habitações de cômodo único e sem as menores condições sanitárias no país, fica ainda mais clara a inviabilidade da segunda opção – nela, os jovens que saíssem pela manhã de casa retornariam à noite trazendo o vírus para os idosos em quarentena. Por uma questão humanitária, essa alternativa é inviável. A quantificação do valor de uma vida comparada à perda no nível de atividade, então, que alguns chegaram a sugerir no debate, é eticamente injustificável.



Mas há outros argumentos para além da questão humanitária e ética que reforçam o caráter falso dessa dicotomia, e aqui entramos no aspecto econômico da escolha entre as opções supracitadas. Só existe este contraponto entre manutenção do emprego e isolamento social se desconsiderarmos que o setor público pode, e deve, intervir massivamente nesse quadro. Se o Estado não intervir, a pressão pela retomada da atividade econômica será forte (de novo, escrevo este artigo enquanto estamos todos, ou a ampla maioria, em quarentena) no futuro próximo. A única solução para evitar essa retomada descontrolada das atividades será a realização de gastos públicos massivos e coordenados. Os países ricos, que possuem indicadores sociais muito melhores que os nossos, es-

tão agindo dessa forma. Programas de transferência de renda, complementação salarial condicionada à manutenção do emprego, crédito barato ou injeção de recursos em setores e empresas em dificuldades, gastos elevados com material e equipamento médico, ampliação da capacidade de atendimento da rede hospitalar, estão entre as ações urgentes nesse momento.

O governo não possui recursos fiscais hoje para tal e, como naqueles países, se quiser sair dessa crise, vai ter que adotar soluções impensáveis há poucos dias – emitir moeda e fazê-la chegar ao público, usar recursos da Conta Única do Tesouro e ampliar fortemente o crédito nos bancos públicos, inclusive no BNDES. Nada disso está no cardápio de opções deste governo e sua equipe econômica até o momento. As estratégias de redução de custos empresariais neste cenário têm folego curto, pois estamos enfrentando uma ruptura sensível na demanda agregada. Não há estímulo à oferta que compense esse choque após um mês ou dois de persistência desse quadro. As demissões de funcionários seriam massivas, como sabemos.

Assim, a solução passa por uma estratégia anormal porque estamos em tempos anormais. A aceitação e compreensão desse fato pelo governo permitirá minorar os efeitos da crise sobre trabalhadores e empresários, por consequência sobre a demanda, e a volta às atividades normais poderá ocorrer de modo programado e espaçado. Uma expansão dos gastos com exames, remédios e internações também contribuirá para estancar a evolução da pandemia e o retorno às atividades compassadamente. Mesmo que a opção seja, erroneamente, apenas pelo relaxamento das restrições desacompanhada de uma forte elevação dos gastos públicos, a economia não se recuperará, pois o avanço da pandemia levará a uma nova quarentena desordenada e outra rodada de redução dos gastos das famílias.

> Fica claro que tanto aqui, como em outros países, especialmente nos EUA, não se recupera a estrutura de pesquisa científica, saúde pública e assistência social do dia para a noite

Uma inferência adicional que podemos fazer com base no cenário atual é a confirmação, mais uma vez, de que boas políticas públicas estáveis e permanentes são essenciais à sociedade. O Estado é sempre chamado a intervir em momentos de crise, e muitos tendem a defender que essa intervenção deva ser esporádica e específica para corrigir os desequilíbrios do setor privado. Porém, fica claro que tanto aqui no Brasil, como em outros países, especialmente nos EUA, não se recupera a estrutura de pesquisa científica, saúde pública e assistência social do dia para a noite. Muito menos a de saneamento básico para os mais pobres, falando especificamente do Brasil. A estratégia de intervenção pontual não perece gerar os resultados esperados e pode implicar gastos inclusive maiores em momentos emergenciais como o atual. Não nos esqueçamos disso quando a crise passar.

Por fim, mais dois pontos: primeiro, essa defesa do isolamento vertical, isso é, do confinamento apenas para grupos de risco, me faz lembrar o debate entre políticas sociais universais e focalizadas. Entendo que políticas que geram externalidades positivas em ampla magnitude, como saúde e educação, não devam ser focalizadas. Este também é o caso na situação atual; estratégias de isolamento horizontal e a disseminação massiva de testes resultariam em impacto tão positivo para a sociedade que superariam os resultados de estratégias orientadas a grupos específicos cujo custo inicial seria menor. Mais um argumento a favor de um tratamento generalizado para toda a sociedade em relação à pandemia.

Segundo, tem se tornado evidente que a parcela mais competente de nossa classe política está tomando a frente para avançar na busca de soluções para essa pandemia, mostrando que a boa coordenação e articulação política fazem toda a diferença para a implementação de políticas públicas. Espero que também lembremos desse ponto no futuro.